

REQUERIMENTO Nº /2003
(do Sr. Ary Vanazzi)

Requer a participação como representante dessa Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior na participação da audiência Pública sobre a questão da Base de Alcântara.

Senhora Presidente,

Senhora Presidente, venho requerer - a convite do Relator Nacional em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Direito à Moradia e pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (CONERUQ) - a participação, representando essa Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, na Audiência Pública a ser realizada no município de Alcântara/MA, para discutir o projeto de implantação da Base de Lançamento Espacial, no dia 25 de abril de 2003.

Brasília, 18 de março de 2003.

Ary Vanazzi – Deputado Federal – PT/RS

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma Audiência de extrema importância, onde serão discutidos os efeitos e impactos do projeto de implantação do Centro de Lançamento Espacial aos direitos humanos das comunidades atingidas, receber denúncias de violações, propiciar o depoimento de pessoas e comunidades afetadas e apresentar recomendações aos órgãos diretamente envolvidos .

As cinco mil pessoas que moram nas comunidades, vêm sofrendo deslocamentos forçados como consequência das ações de desapropriação visando a instalação do centro de Lançamento.

A situação agravou-se ainda mais com a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, em 2000, que passa o controle da base aeroespacial aos norte-americanos, garantindo-lhes proteção tecnológica e possibilitando a exploração comercial do Centro de Lançamento, o que contraria os objetivos iniciais da implantação da base. Nos termos do Acordo, o Brasil não terá qualquer controle sobre o que será lançado a partir da base de Alcântara e nem poderá utilizar os recursos advindos do aluguel desta para adquirir, testar, desenvolver, produzir ou usar foguetes ou sistemas de veículos aéreos não-tripulados.